

**Respostas da Comissão de Elaboração do PGAU às sugestões recebidas durante a audiência pública realizada no dia 27/09/2019**

Sr. Luerti Gallina

Questão: Solicitou que a COPEL e SEMUSP atendam os métodos de execução de podas conforme previstos no PGAU, conclamando a população que ajude a fiscalizar a realização de corte e poda de árvores adequadamente.

Resposta: A SEMA irá transmitir para a COPEL e para a SEMUSP a preocupação a respeito da execução das podas seguindo os critérios estabelecidos no PGAU. Com o sistema integrado de monitoramento da arborização que foi proposto pelo PGAU e que já está em fase de implantação, as ações de fiscalização dos serviços, tanto pela SEMA, quanto pela população será facilitada e mais eficiente.

Sr. Osvaldo Danhoni

Questão: Fez uma observação sobre as podas, dizendo que quando alguém necessitar realizar a poda de uma árvore localizada na calçada, que as podas de barramento possam ser feitas por profissional com responsabilidade técnica contratado pelo interessado.

Resposta: A poda de árvores localizadas nas calçadas de logradouro público é uma atividade de alta complexidade que pode por em risco a vida de pessoas e causar grandes prejuízos aos bens privados e públicos. Muitas vezes é necessário realizar o desligamento da rede de transmissão de energia, ou interromper o fluxo de veículos em vias de intensa circulação para viabilizar a sua realização. Considerando essa complexidade na execução das podas, é prudente que este serviço continue sendo uma atribuição exclusiva da SEMUSP e COPEL, que possuem equipamentos adequados e equipes devidamente capacitadas. Como a arborização é um bem público, ainda que haja um profissional com responsabilidade técnica, a Prefeitura seria co-responsável por qualquer dano causado durante a execução do serviço. Além disso, como o contribuinte paga impostos ao Poder Público para a manutenção da arborização urbana, não é justo que o mesmo tenha que contratar um profissional para a realização deste serviço.

Professor Basílio Baccarin

Questão: Propôs que lotes da prefeitura sejam cedidos para a entidade para serem aproveitados para produção de mudas de árvores, com o apoio de voluntários apenados.

Resposta: Esta proposta será encaminhada à gestão para que seja avaliada a possibilidade de estabelecer tal parceria.

Sra. Fernanda Marostica

Questão: Sugeriu como extensão do PGAU para a paisagem urbana, que sejam cultivadas mais espécies forrageiras, herbáceas e de paisagismo que sejam nativas e que não tenham potencial invasor.

Resposta: A sugestão apresentada não é objeto do PGAU, pois o mesmo trata apenas do componente arbóreo da paisagem urbana. Entretanto, a SEMA irá avaliar a possibilidade de desenvolver um documento que possa orientar o uso de espécies nativas pela Prefeitura Municipal para o paisagismo das praças e canteiros centrais de forma complementar.

Sra. Karin Schwabe Meneguetti

Questão: Colocou como preocupação sobre os cortes das árvores de Maringá, que muitas vezes estão sendo feitos de maneira contraditória ao que o plano propõe, e que Maringá invista mais recursos para a arborização do que para o enfeite dos canteiros com flores. Propôs também que o PGAU possa balisar outros planos da prefeitura como o Plano Diretor.

Resposta: A SEMUSP será informada a respeito desta preocupação em relação aos cortes irregulares de árvores e sobre a necessidade de melhor uso dos recursos. Informamos também que o conteúdo do PGAU, assim que for finalizado, será disponibilizado ao IPPLAM para ser usado para a revisão do Plano Diretor.

Sr. Wesley Onofre

Questão: Fez uma pergunta sobre a manutenção das mudas recém-plantadas. Ele tem notado que as mudas têm sido plantadas no período seco, e o horário de irrigação, que muitas vezes é ao meio dia é inadequado, pois não ocorre o aproveitamento da umidade pelas mudas.

Resposta: A SEMUSP será informada sobre a necessidade de adequação do horário de irrigação das mudas e da época mais adequada para a realização dos plantios. Foi acrescentada a seguinte frase no primeiro parágrafo da página 156 do ANEXO I: “Deve-se evitar os horários mais quentes para realizar a irrigação das mudas”. Além disso, foi adicionada a seguinte frase na página 154 do ANEXO I: “o plantio deve ser realizado preferencialmente no início do período chuvoso (outubro a dezembro) e devem ser evitados os plantios nos meses mais secos (maio a setembro)”.

Sra. Rosa Loureiro

Questão: Informou que os parques lineares estão sendo projetados de acordo com as diretrizes do PGAU, e que cada um de nós, tanto servidores, quanto munícipes, tem que fazer a nossa parte para melhorar a arborização de Maringá, e que os políticos não engavetem o PGAU e dêem continuidade às atividades propostas.

Resposta: O COMDEMA e o Comitê de Monitoramento do PGAU serão responsáveis por cobrar a implantação do PGAU pelas secretarias responsáveis e monitorar as ações relativas a arborização junto à gestão.

Sr. Claudinei Vecchi

Questão: Comentou que as árvores das calçadas estão sendo trocadas por palmeiras inadequadas a arborização urbana, e sugere a elaboração de uma política pública que impeça que isto ocorra.

Resposta: Foi adicionado o seguinte artigo no decreto que institui o PGAU: “Art. 12º. Fica proibido o plantio nas calçadas das vias públicas de espécimes pertencentes a qualquer espécie da família botânica ARECACEAE, como por exemplo, palmeira-imperial, coqueiros, palmeira-rabo-de-peixe, jerivá, palmeira-elegance, areca-bambu, palmeira-real-australiana, palmeira-carpentaria e palmeira-azul.”

Sra. Lidia Marostica

Questão: Iniciou sua fala alertando que os maringaenses precisam entender a árvore como um ser vivo, que a população precisa compreender a necessidade de seguir um planejamento, e de se preocupar com a vitrine de Maringá, que é a arborização urbana, e o que os gestores se

atentem para a educação ambiental nesta parte.

Resposta: O item 9 do ANEXO I do PGAU descreve as ações de educação ambiental, em diferentes níveis que serão realizadas para sensibilização da população em relação à arborização urbana.

Sr. Flávio Mantovani

Questão: Falou sobre o Neem-indiano, que é uma espécie arbórea exótica invasora que pode causar a morte de insetos, principalmente abelhas. Ele sugeriu que seja realizada a erradicação desta espécie da arborização urbana. Além disso, comentou que o respeito com a arborização só se ganha com conscientização das pessoas a respeito das árvores. Ressaltou a importância da educação ambiental para que não ocorram cortes irregulares.

Resposta: No inventário da arborização de Maringá que está sendo realizado, e que até o momento já cadastrou cerca de 90% das árvores existentes, foram encontradas apenas 25 árvores de Neem-indiano. Os endereços onde estas árvores estão serão encaminhados para a SEMUSP de forma a providenciar a substituição por espécies mais adequadas. O item 9 do ANEXO I do PGAU descreve as ações de educação ambiental, em diferentes níveis, que serão realizadas para sensibilização da população em relação à arborização urbana.

Sr. André Martins

Questão: Falou sobre as ações de conscientização dos alunos, que o professor deve ser capaz de usar a árvore como instrumento de ensino, que existe a educação ambiental formal e não formal, sendo que esta última prevê a educação entre os servidores da prefeitura, que podem ajudar a promover a sensibilização e informação da população a respeito da arborização, que apesar de Maringá não ter uma política de educação ambiental, este plano prevê ações de educação ambiental. Sugeriu que seja criada política pública municipal voltada à educação ambiental com a máxima urgência.

Resposta: Conforme exposto pelo participante, o item 9 do ANEXO I do PGAU já possui a previsão de ações de educação ambiental voltadas para a arborização urbana. Entretanto, a necessidade de criação de uma política pública municipal voltada para a educação ambiental é fundamental, mas está fora do escopo do PGAU.